



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO
IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO
DA 5.ª REGIÃO

EDITAL N.º 12/2008 – TRF5, DE 04 DE MARÇO DE 2008.

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região torna público que pelo **resultado das inscrições definitivas deferidas restaram aprovados os candidatos abaixo relacionados:**

Inscrição	Nome
10004134	AMANDA GONÇALEZ STOPPA
10002945	ANDREA MARCIA VIEIRA DE ALMEIDA
10000854	ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO
10002847	BRUNO CÉSAR BANDEIRA APOLINÁRIO
10000026	DÉBORA AGUIAR DA SILVA
10001024	EDUARDO DE MELO GAMA
10002902	FÁBIO HENRIQUE RODRIGUES DE MORAES
10000633	FERNANDO ZELADA
10000080	GUILHERME MASAITI HIRATA YENDO
10000910	GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES
10002771	JANINE DE MEDEIROS SOUZA BEZERRA
10002226	JERSILENE DE SOUZA MOURA
10002391	JOSÉ MOREIRA DA SILVA NETO
10002346	KYLCE ANNE PEREIRA COLLIER DE MENDONCA
10002867	LAURO HENRIQUE LOBO BANDEIRA
10003945	MARCELO COSTENARO CAVALI
10003782	NIVALDO LUIZ DIAS
10002377	PAULO ROBERTO PARCA DE PINHO
10002872	SÉRGIO DE ABREU BRITO
10001239	THALYNNI MARIA FREITAS DE LAVOR
10000311	VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA
10000131	VINÍCIUS COSTA VIDOR

Os candidatos GUSTAVO DE PAIVA GADELHA de nº de inscrição 10002375, MARLOS LOPES GODINHO ERLING de nº de inscrição 10001538 e MONIQUE MARTINS SARAIVA de nº de inscrição 10001304, tiveram as suas inscrições definitivas indeferidas, por não atenderem os requisitos do concurso, no tocante à *alínea “d”* do subitem 7.1 do Edital de Abertura, na qual é exigida “*certidão, revestida de fé pública, que comprove o exercício, por três anos, pelo menos, de advocacia ou de cargo ou função técnico-jurídica, nos termos da Resolução n.º 11 do Conselho Nacional de Justiça*”.

1 DA PROVA ORAL

1.1 Os candidatos mencionados que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas estão convocados para a prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, a realizar-se nos dias 13 (quinta-feira), 14 (sexta-feira) e 15 (sábado) de março de 2008, de responsabilidade da Comissão do Concurso, na Sala das Turmas (Sul) deste Tribunal – 2º andar, nos horários descritos conforme tabela a seguir, por ordem de número de inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	HORÁRIO
-----------	-------------------	---------

1º Grupo – dia 13 de março de 2008 (quinta-feira) – 14h		
10000026	Débora Aguiar da Silva	14h às 14h50
10000080	Guilherme Masaiti Hirata Yendo	15h às 15h50
10000131	Vinícius Costa Vidor	16h às 16h50
10000311	Victor Roberto Correa de Souza	17h às 17h50
10000633	Fernando Zelada	18h às 18h50

2º Grupo – dia 14 de março de 2008 (sexta-feira) – 8h		
10000854	Antônio José de Carvalho Araújo	8h às 8h50
10000910	Gustavo de Mendonça Gomes	9h às 9h50
10001024	Eduardo de Melo Gama	10h às 10h50
10001239	Thalynni Maria Freitas de Lavor	11h às 11h50

3º Grupo – dia 14 de março de 2008 (sexta-feira) – 14h		
10002226	Jersilene de Souza Moura	14h às 14h50
10002346	Kylce Anne P. Collier de Mendonça	15h às 15h50
10002377	Paulo Roberto Parca de Pinho	16h às 16h50
10002391	José Moreira da Silva Neto	17h às 17h50
10002771	Janine de Medeiros Souza Bezerra	18h às 18h50

4º Grupo – dia 15 de março de 2008 (sábado) – 8h		
10002847	Bruno César Bandeira Apolinário	8h às 8h50
10002867	Lauro Henrique Lobo Bandeira	9h às 9h50
10002872	Sérgio de Abreu Brito	10h às 10h50
10002902	Fábio Henrique Rodrigues de Moraes	11h às 11h50

5º Grupo – dia 15 de março de 2008 (sábado) – 14h		
10002945	Andréa Márcia Vieira de Almeida	14h às 14h50
10003782	Nivaldo Luiz Dias	15h às 15h50
10003945	Marcelo Costenaro Cavali	16h às 16h50
10004134	Amanda Gonzalez Stoppa	17h às 17h50

2 DOS PONTOS DA PROVA ORAL

2.1 A prova oral versará sobre conhecimento técnico acerca do conteúdo de temas relacionados às áreas de conhecimento constantes dos seguintes pontos:

1º PONTO

- **ADMINISTRATIVO** -: Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo. A reforma do Estado brasileiro. Os quatro setores e suas características. A publicização do terceiro setor (as organizações sociais e as OSCIPS).
- **TRIBUTÁRIO** -: O Sistema Tributário Nacional. Princípios Gerais. Limitações constitucionais ao poder de tributar. A repartição de competências na federação brasileira. Delegação de arrecadação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Legislação sobre o Sistema Tributário Brasileiro. Definição de tributo. Espécies de tributos.
- **AMBIENTAL** -: Divisão de competências administrativas em matéria ambiental na Constituição Federal.
- **CONSTITUCIONAL** -: Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Poder constituinte. Poder de reforma. Hermenêutica constitucional. O constitucionalismo brasileiro. A ordem constitucional vigente. Emendas à Constituição. Disposições gerais e transitórias. República e federação no direito Constitucional em geral. Sistema brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária, princípios, estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça), equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional propriamente dita (controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, conceitos, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento); jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos (habeas corpus no processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança, habeas data, ação popular, ação civil pública), respectivos natureza, conceitos, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.
- **PENAL** -: Princípios e normas constitucionais em matéria penal. Eficácia, aplicação e interpretação da lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Imunidades diplomáticas, parlamentares e “judiciária”. Prazo de direito material. Legislação especial.
- **PROCESSUAL PENAL** -: Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Normas das convenções e tratados de Direito Internacional relativos ao Processo Penal.
- **CIVIL** -: Lei de Introdução ao Código Civil. A constitucionalização do direito civil. Pessoas naturais: Personalidade e capacidade; direitos da personalidade; morte presumida; ausência; tutela; curatela.
- **EMPRESARIAL** -: Do empresário: caracterização; inscrição; capacidade. Estabelecimento empresarial.

- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Entes do Direito Internacional. Estados e Organizações internacionais.
- PREVIDENCIÁRIO -: Seguridade social. Conceito, natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas relativas à seguridade social.

2º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Administração Direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime); Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Empresas subsidiárias. Direito Administrativo Econômico. As formas de intervenção do Estado sobre e no domínio econômico. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas.
- TRIBUTÁRIO -: Competência tributária plena. Indelegabilidade da competência. Não exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Princípios constitucionais tributários. Imunidade e isenção. Tributação das concessionárias. Sociedades mistas e fundações. Imunidade recíproca. Extensão da imunidade às autarquias.
- AMBIENTAL -: Licenciamento ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Os Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados-membros, Distrito Federal e Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios.
- PROCESSUAL CIVIL -: Competência: conceito, critérios de distribuição, espécies; identificação do foro competente; modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuação da jurisdição, conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Ação: natureza, conceito, condições, admissibilidade e mérito, elementos; a questão da classificação das ações: classificações tradicionais (pela pretensão material, pelo rito) e atuais (pela espécie de tutela pretendida, pela natureza da sentença), classificações ternárias, quaternárias e quinárias; concurso de ações. Defesa: natureza, conceito, espécies; sua inserção entre as bases fundamentais do Direito Processual. Processo: natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão e fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.
- PENAL -: A teoria do crime. Ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Condições de punibilidade. Causas de justificação e de exculpação. Erro. Sujeito ativo e passivo. Objeto jurídico. Objeto material. Relação de causalidade, teorias da equivalência dos antecedentes e da causalidade adequada. Imputação objetiva. Tipicidade. Elementos do tipo. Espécies de tipos. Elementos do crime.

- **PROCESSUAL PENAL** -: Persecução Penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Curador do réu menor. Auxiliares da justiça. Assistentes. Peritos e intérpretes. Serventuários da justiça. Impedimentos e suspeições.
- **CIVIL** -: Pessoas jurídicas: conceito; classificação; registro; administração; desconsideração da pessoa jurídica; associações; fundações; domicílio. Dos bens.
- **EMPRESARIAL** -: Direito societário: conceito de sociedade; personalização; classificação das sociedades. Sociedades personificadas. Sociedades não personificadas: sociedades simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comanditas por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas; sociedades anônimas; sociedades limitadas; sociedades dependentes de autorização. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão.
- **INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO** -: Relações internacionais. Relações diplomáticas e consulares. Privilégios e imunidades.
- **PREVIDENCIÁRIO** -: Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda.

3º PONTO

- **ADMINISTRATIVO** -: Agências reguladoras e seu regime jurídico. Agências executivas, regime jurídico e contrato de gestão. A concessão de serviços. Conceito, características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. As permissões e autorizações. As Parcerias público-privadas.
- **TRIBUTÁRIO** -: Impostos federais: impostos sobre o comércio exterior. Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
- **AMBIENTAL** -: Estudo de impacto ambiental.
- **CONSTITUCIONAL** -: Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo. Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Sujeitos do processo: o juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição; parte e respectivos conceitos material e processual, espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária; sujeitos especiais do processo; o Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição; a advocacia, privada e estatal, inclusive a defensoria pública. Deveres das partes, seus procuradores e demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica. Litisconsórcio: conceito, espécies, a problemática da unitariedade e necessidade. Intervenção de terceiros: conceito de terceiro,

classificação das modalidades interventivas, figuras típicas (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide, chamamento ao processo) e atípicas, conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais. Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo. Procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário); procedimentos especiais. Ato processual: conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação e convalidação); prazos (classificação e modos de contagem); fases procedimentais.

- PENAL -: Crimes comissivos e omissivos. Crimes quanto ao resultado. Atos preparatórios e de execução, consumação e tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior. Exaurimento. Crime impossível. Concurso de crimes. Crime continuado. Concurso aparente de normas. Consunção, especialidade e subsidiariedade.
- PROCESSUAL PENAL -: Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Perpetuação da Jurisdição. Conflito de competência. Procedimento da ação penal originária nos tribunais.
- CIVIL -: Fatos jurídicos, atos jurídicos e negócios jurídicos: elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia. Nulidade e anulabilidade. Defeitos. Prescrição e decadência.
- EMPRESARIAL -: Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração. Propriedade industrial.
- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Responsabilidade internacional. Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos. Abuso de direito. Atos de Estado, de funcionários e revolucionários. Dano e sua reparação.
- PREVIDENCIÁRIO -: Assistência social e benefício assistencial.

4º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão, desapropriação e confisco. Retrocessão. Desapropriação indireta. Procedimento expropriatório.
- TRIBUTÁRIO -: Imposto de renda. Regimes jurídicos. Imposto de renda pessoas jurídicas. Imposto de renda pessoas físicas. Imposto sobre a propriedade territorial rural. (ITR). Imposto sobre grandes fortunas.
- AMBIENTAL -: Princípio relativos à proteção jurídico-ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar, poder regulador e as agências administrativas. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional.

- **PROCESSUAL CIVIL** -: Fase postulatória: inicial, requisitos, pedido (alteração, aditamento, cumulação); pedidos alternativo e sucessivo; indeferimento da inicial; improcedência liminar; processo eletrônico (comunicações, diário da justiça eletrônico, atos processuais digitais, documentos digitalizados; resposta (contestação, reconvenção, exceções); ação declaratória incidental; razões finais. Fase instrutória: conceito e características; prova: conceito, sistemas, ônus e sua distribuição, princípios aplicáveis ao tema; a vedação constitucional das provas ilícitas; classificação dos meios probatórios. Meios de prova em espécie (depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia, inspeção), natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, procedimentos respectivos, incidentes. Fase decisória: sentença, natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, eficácia natural e autoridade. Coisa julgada: natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos. Desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória: conceito, natureza, cabimento, condições específicas, juízos rescindente e rescisório, aspectos competenciais, procedimento, tutela de urgência na hipótese; a relativização da coisa julgada. Súmula vinculante (edição, revisão e reclamação). Processo nos tribunais).
- **PENAL** -: As penas: fundamento e finalidades. Cominação, aplicação e execução. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Medidas de segurança. Natureza. Conceito. Pressupostos. Espécies. Aplicação da pena. Circunstâncias judiciais. Agravantes e atenuantes. Causas de aumento e de diminuição. Cálculo da pena. Reincidência. Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Conceito. Pressupostos. Revogação. Restauração. Prorrogação. Extinção.
- **PROCESSUAL PENAL** -: Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas assecuratórias: seqüestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento. Provas. Procedimento probatório. Classificação. Prova testemunhal. Documental. Material. Ônus. Presunções. Indícios. Valoração. Provas ilícitas.
- **CIVIL** -: Obrigações: conceito e elementos constitutivos. Modalidades. Transmissão. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações.
- **EMPRESARIAL** -: Contratos empresariais: franquia; faturização; arrendamento mercantil; contrato de transferência de tecnologia. Cartão de crédito.
- **INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO** -: Conflitos internacionais. Meios de solução: diplomáticos, políticos e jurisdicionais. Cortes Internacionais.
- **PREVIDENCIÁRIO** -: Previdência complementar.

5º PONTO

- **ADMINISTRATIVO** -: Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Conceito e teorias. A responsabilidade por ação e por omissão. Evolução histórica no Direito brasileiro. Requisitos. A reparação do dano. Ação regressiva e litisconsórcio.

- **TRIBUTÁRIO** -: Taxas e preços públicos. Taxas contratuais e facultativas. Contribuições para a Seguridade Social. Os regimes da COFINS, da CPMF, da CIDE e da contribuição social sobre o lucro. Empréstimo compulsório. As limitações constitucionais do empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988.
- **AMBIENTAL** -: Meio ambiente cultural.
- **CONSTITUCIONAL** -: Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. O princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual e a direito. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Recursos: natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória. Recursos em espécie (apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário (exigência de repercussão geral), recurso especial, embargos de divergência, rejugamento para adequação ao julgamento de recurso extraordinário): natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazos, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, súmula impeditiva, negativa de seguimento, provimento liminar, peculiaridades específicas.
- **PENAL** -: Ação penal, espécies. Regimes prisionais. Penas substitutivas. Efeitos da condenação. Reabilitação. Efeitos civis da sentença penal. Extinção da punibilidade: causas. Prescrição. Renúncia. Perdão judicial. Perempção, decadência, prescrição (ação e pretensão executória), pagamento de tributo. Imunidade.
- **PROCESSUAL PENAL** -: Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimentos: crimes apenados com reclusão; crimes apenados com detenção; contravencional; crimes de abuso de autoridade; crimes de responsabilidade; crimes contra o meio-ambiente; entorpecentes; crimes contra a economia popular; crimes de imprensa; crimes contra o sistema financeiro nacional; homicídio e lesão corporal culposos; júri; crimes contra a honra; Aplicação nos Juizados Especiais Federais do procedimento dos Juizados Especiais Estaduais. Atos processuais. Forma. Lugar. Tempo. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Comunicações, forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia. Fixação da pena. Nulidades.
- **CIVIL** -: Contratos em geral: teoria geral dos contratos; princípios contratuais; formação dos contratos; evicção e vícios redibitórios; cláusula resolutiva; exceção do contrato não cumprido; onerosidade excessiva.
- **EMPRESARIAL** -: Contratos bancários: depósito; conta corrente; mútuo; abertura de crédito; desconto; redesconto; crédito documentário. Investimentos e aplicação financeira; financiamento rural, industrial, comercial e imobiliário.

- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Imunidade de Jurisdição e de Execução do Estado e das Organizações Internacionais.
- PREVIDENCIÁRIO -: Salário-de-contribuição. Salário-de-benefício. Fator previdenciário. Renda mensal inicial. Reajustes. Preservação do valor.

6º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Servidores públicos. Regime constitucional. Regimes jurídicos: O servidor estatutário e o empregado público. Cargos e Funções. Direitos e deveres dos servidores estatutários. Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O novo regime previdenciário do servidor público. O sistema de previdência complementar. Responsabilidade do servidor e processo disciplinar.
- TRIBUTÁRIO -: Fontes do Direito Tributário. Conceito de fonte. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Conceito. Lei, Tratados e Convenções Internacionais. Normas Complementares. Leis Complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração da Legislação Tributária. Tratados internacionais e legislação interna. A perda de eficácia dos tratados. Os tratados sobre matéria tributária e o artigo 98 do CTN. Vigência do tratado.
- AMBIENTAL -: Direito Administrativo Ambiental. Noções gerais.
- CONSTITUCIONAL -: O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de inconstitucionalidade. A ação de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- PROCESSUAL CIVIL -: Execução: natureza, conceito e espécies; cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais, princípios, pressupostos, condições, regras gerais; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo, seus detalhes procedimentais (instrução, penhora, avaliação, adjudicação, alienação pelo credor, pregão eletrônico, arrematação, satisfação, pagamento, usufruto de imóvel ou empresa, remissão e remição); liquidação; a defesa na execução, exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução; sentença e coisa julgada executivas.
- PENAL -: Aberratio ictus e aberratio delicti. Concurso de pessoas. Participação dolosamente distinta. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Participação nas diversas espécies de crimes. Elemento subjetivo do delito. Emoção, paixão e embriaguez. Crime doloso, crime culposo, agravação pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e Obediência hierárquica. Antijuricidade e suas excludentes legais e supralegais. Imputabilidade e seu relevo penal. Excesso punível.
- PROCESSUAL PENAL -: Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de pronúncia, decorrente de sentença. Princípio da necessidade, prisão especial, prisão albergue, prisão domiciliar e

liberdade provisória. Fiança. Execução das penas e das medidas de segurança. Execução penal: evolução e regressão, regimes de cumprimento da pena e incidentes; suspensão condicional da pena; livramento condicional; graça; indulto; anistia; reabilitação. Incidentes da execução. Remição. Competência da Justiça Federal. Presídios federais. Competência das Varas de Execução Penal da Justiça Estadual.

- CIVIL -: Contratos em espécie: compra e venda; permuta; contrato estimatório; doação; locação; empréstimo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato; comissão; agência e distribuição; corretagem; transporte; seguro; jogo e aposta; fiança; transação; compromisso; transferência de tecnologia.
- EMPRESARIAL -: Sistema Financeiro Nacional: constituição e competência das entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Sistema Financeiro da Habitação.
- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Direito de integração. Direito Comunitário. Direito do MERCOSUL.
- PREVIDENCIÁRIO -: Benefícios. Aposentadorias por invalidez e auxílio-doença. Auxílio-maternidade.

7º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites. Improbidade administrativa. Transação e arbitragem no âmbito da Administração Pública.
- TRIBUTÁRIO -: Obrigação principal e acessória: Fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade por infrações.
- AMBIENTAL -: Infrações e sanções administrativas.
- CONSTITUCIONAL -: Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Administração Pública. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas.
- PROCESSUAL CIVIL -: Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias.

- PENAL -: Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida, lesões corporais, rixa, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade, a paz e a fé públicas.
- PROCESSUAL PENAL -: Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradição. Expulsão. Deportação. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Recurso especial e extraordinário. Agravo em execução penal. Coisa julgada. Revisão criminal.
- CIVIL -: Atos unilaterais: promessa de recompensa; gestão de negócio; pagamento indevido; enriquecimento sem causa.
- EMPRESARIAL -: Direito cambiário: conceito de título de crédito; princípios; classificação; emissão; aceite; endosso; aval; pagamento; protesto; ação cambial. Títulos de crédito em espécie: letra de câmbio; nota promissória; cheque; duplicata.
- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Nacionalidade. Aquisição, mudança, perda e reaquisição.
- PREVIDENCIÁRIO -: Benefícios. Aposentadoria por tempo de contribuição.

8º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Licitações. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime jurídico das licitações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. Contratos administrativos. Conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos.
- TRIBUTÁRIO -: Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão do crédito tributário.
- AMBIENTAL -: Limitações à propriedade de cunho ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Da defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma.
- PROCESSUAL CIVIL -: Tutela jurídica e tutela jurisdicional, tutela processual e tutela satisfativa, tutela inicial e tutela final; tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade; antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites; tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; fungibilidade das tutelas de urgência: visão atual do tema; poder geral de cautela; cautelares uninominadas, pressupostos, espécies, procedimento cautelar;

cautelares nominadas (arresto, seqüestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado), detalhes, procedimento.

- **PENAL** -: Crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça. Crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve. Crime de tortura. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Crimes contra os portadores de deficiência. Crimes de responsabilidade. Crimes hediondos. Crimes de lavagem de dinheiro.
- **PROCESSUAL PENAL** -: Nulidades. Rol legal. Súmulas dos Tribunais Superiores. Habeas corpus. Competência. Natureza jurídica. Cabimento. Requisitos. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Mandado de segurança em matéria penal. Cautelar em matéria penal.
- **CIVIL** -: Posse. Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; penhor; hipoteca; alienação fiduciária. Registros públicos. Estatuto da Terra.
- **EMPRESARIAL** -: Recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Falência do empresário e da sociedade empresária.
- **INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO** -: Condição jurídica do estrangeiro no Brasil: entrada, permanência e saída. Direitos e deveres. A pessoa jurídica estrangeira.
- **PREVIDENCIÁRIO** -: Benefícios. Aposentadorias por idade e especial. Pensão.

9º PONTO

- **ADMINISTRATIVO** -: Competência regulamentar. Poder de Polícia. Conceito. Características. Origem e função. Limites, extensão e controle. Poder de polícia e regulação. Distinções.
- **TRIBUTÁRIO** -: Extinção e exclusão do crédito tributário. Restituição do tributo transferido. Restituição de juros e multas. Correção monetária.
- **AMBIENTAL** -: Processo administrativo.
- **CONSTITUCIONAL** -: Soberania popular. Processo eleitoral. Plebiscito. Referendum. Iniciativa popular. Direitos e garantias individuais. O rol da constituição brasileira. Direitos explícitos e implícitos. Classificação dos direitos explícitos. Abuso de direito individual ou político. Direito de propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Regime das jazidas. Direito urbanístico.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Procedimentos especiais: visão geral, características, procedimentos especiais de jurisdição voluntária (incluída a discussão sobre a real natureza dessa espécie jurisdicional) e de jurisdição contenciosa; tipos codificados (consignação em pagamento; tutela interdita e não-interdita da posse: interdito proibitório, ações de manutenção e reintegração de posse, embargos de terceiro, usucapião; a problemática do confronto entre ações petitórias e possessórias; ação monitória) e não-codificados (desapropriação, ação de improbidade, reclamação constitucional), natureza e conceito de cada um, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais.

- PENAL -: Crimes contra o meio ambiente, a flora e a fauna. Crimes contra os índios. Genocídio. Crimes contra a Seguridade Social. Crimes praticados por meio da Imprensa. Crimes contra as telecomunicações. Crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo. Crimes contra a previdência social e a ordem tributária.
- PROCESSUAL PENAL -: Juizados Especiais Federais Penais. O Conciliador. Quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados. Interceptações de comunicação.
- CIVIL -: Proteção e defesa do consumidor.
- EMPRESARIAL -: Disciplina jurídica da concorrência empresarial. Princípios. Infrações da ordem econômica. Concorrência ilícita e desleal.
- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Direito conflitual: normas em conflito interestatal. Aplicação do Direito Estrangeiro: sistemas, limites.
- PREVIDENCIÁRIO -: Benefícios especiais: ex-combatente, ferroviários e anistiados. Aspectos previdenciários do Estatuto do Idoso.

10º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Domínio público. Conceito. Bens públicos. Conceito e características, regime. Bens públicos em espécie.
- TRIBUTÁRIO -: Secretaria da Receita Federal do Brasil: disciplina legal. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de consignação em pagamento.
- AMBIENTAL -: Responsabilidade civil por dano ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Ordem Econômica. Princípios. Intervenção no domínio econômico. Formas e limites de intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Empresa pública e sociedade de economia mista. Da comunicação social. O planejamento na ordem constitucional. Os direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Família, Educação e Cultura. Da Ciência e da Tecnologia. Da criança, do adolescente e do idoso.
- PROCESSUAL CIVIL -: Juizados Especiais cíveis: caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o sistema processual geral; especificidades, diferenciações e semelhança entre os Juizados Estaduais e Federais; estrutura orgânica (Juizados, Turmas Recursais, Turmas de Uniformização Regionais e Turma Nacional), princípios, características, espécies, competência (inclusive a real natureza desta e a discussão sobre possível descompasso entre o critério constitucional e o legal); procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, execução, questões controvertidas, possibilidade de utilização, dentro dos Juizados, de meios processuais que não lhes são específicos (p. ex., mandado de segurança, procedimentos de jurisdição voluntária, etc.).

- PENAL -: Crimes previstos na Lei de Estrangeiros. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional. Contravenções penais. Crimes de tóxicos. Crimes políticos. Abuso de autoridade. Crimes previstos na Lei de Licitações. Crimes contra a fé pública. Crimes de organizações criminosas. Crimes quanto à remoção de órgãos. Crimes contra a propriedade intelectual e de programas de computador.
- PROCESSUAL PENAL -: Processo nos crimes: de abuso de autoridade, de entorpecentes, de falência, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra.
- CIVIL -: Teoria geral do dano. Responsabilidade civil.
- EMPRESARIAL -: Direito marítimo e aeronáutico: conceito de navio e de aeronave. Aquisição, perda e registro de propriedade. Ônus reais. Responsabilidade do armador e do explorador. Abaloamento. Avarias. Protesto marítimo. Tribunal marítimo.
- INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO -: Contratos Internacionais: caracterização, cláusulas típicas, utilização da Arbitragem.
- PREVIDENCIÁRIO -: Serviços: habilitação e reabilitação e serviço social. Prescrição e decadência no âmbito previdenciário.

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O sorteio para os pontos da prova oral de cada grupo, ocorrerá 24h antes, portanto no dia 12 de março (quarta-feira) às 14h será sorteado o ponto dos candidatos do 1º grupo, no dia 13 (quinta-feira) às 8h será sorteado o ponto dos candidatos do 2º grupo, no dia 13 (quinta-feira) às 14h será sorteado o ponto dos candidatos do 3º grupo, no dia 14 (sexta-feira) às 8h será sorteado o ponto dos candidatos do 4º grupo e no dia 14 (sexta-feira) às 14h será sorteado o ponto dos candidatos do 5º grupo. Este sorteio será realizado na sala das Turmas, no 2º andar deste Tribunal, no mesmo local de realização da prova oral.

3.2 A relação dos candidatos aprovados na prova oral ao concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região do Tribunal Regional Federal será publicada no Diário da Justiça da União, afixadas nos quadros de avisos do CESPE, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgadas na Internet, nos endereços eletrônicos www.cespe.unb.br e www.trf5.gov.br, na data provável de 19 de março de 2008.

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região